

O CONCEITO E A INSTANCIÇÃO DE OBRA EM CATALOGAÇÃO

*Marcelo Nair dos Santos**

*Professor, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES.

Resumo

O conceito de obra com base na pesquisa de três teóricos da Catalogação. O interesse de estudo da obra acirrou-se nos últimos anos, em especial, após a publicação de modelos bibliográficos como o *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), o qual busca soluções mais fundamentadas para as entidades bibliográficas da Catalogação, como é o caso da obra. Contudo, na aplicação do FRBR, verifica-se que as imprecisões conceituais persistem e, em alguns casos, provocam inconsistências e interpretações variadas. Em função das características e dos objetivos do estudo, em abordagem qualitativa, adota-se a pesquisa teórica como procedimento metodológico que busca explorar os conceitos propostos por Martha Yee, Barbara Tillett e Richard Smiraglia, os quais permitem que a obra seja analisada em sua abrangência, em seus limites e em suas implicações para o processo de catalogação. A análise fundamenta-se em fontes documentais escritas pelos teóricos. Os resultados da análise constata-se que a obra está em constante transformação, seja no conteúdo, na expressão, no suporte material, na identidade e nos elementos que a circundam. Além disso, não é possível ter certeza se o texto da obra que se tem em mãos foi produzido originalmente pelo autor. Os relacionamentos entre as entidades bibliográficas devem ser estudados com mais intensidade, pois, em certos casos, verifica-se que há imprecisões lógicas. Verifica-se que a pesquisa empírica pode ser um caminho válido para o estudo do fenômeno da obra.

Palavras-Chave:

Catalogação descritiva. Obra (entidade bibliográfica). Instancição.

Abstract

The concept of work based on the research of three theorists Cataloging. The interest to study the work has intensified in recent years, especially after the publication of bibliographic models such as Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR), which seeks reasoned solutions for organizations of bibliographic cataloging, such as the work. However, the application of FRBR has presented: misconceptions, inconsistencies and varying interpretations in some cases. On a qualitative approach, we adopt the theoretical research as a methodological procedure which aims to explore the concepts proposed by Martha Yee, Barbara Tillett, Richard Smiraglia, which allow the work to be analyzed in its scope, limits and implications for the cataloging process. The results of the analysis find that the work is constantly changing, either in content, expression, material support, identity, and the elements. We are not sure that the text of the work you have on hand was originally produced by the author. The relationships between bibliographic entities should be studied more intensively, because in some cases, it appears logical inaccuracies. It is noted that empirical research can be a valid way to study the phenomenon of the work.

Keywords:

Descriptive Cataloging. Work (bibliographic entity). Instantiation.

1 Introdução

Etimologicamente, *obra* é um termo oriundo do latim *opera* que denota trabalho ou atividade de alguém ou alguma coisa, inclusive dia de trabalho, trabalhador ou operário. O verbo *operatu* abrange ações como praticar, exercer, produzir e efetuar (MACHADO, 1987, v. 4, p. 233).

O interesse pelo estudo da obra intensificou-se no século XX, em especial, com o advento de modelo do universo bibliográfico em 1998, conhecido pela sigla FRBR (*Functional Requirements for Bibliographic Records*).¹ O Modelo não invalidou os instrumentos do processo de catalogação (normas e códigos), mas deixou patente que eles devem ser revistos de forma a prover fundamentos mais claros dos conceitos, dos limites e

¹ Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos.

dos relacionamentos bibliográficos que associam duas ou mais entidades, as quais são entendidas como coisa ou objeto analisado e identificado de forma particular dentro do universo bibliográfico.

Contudo, ao se aplicar o modelo bibliográfico, verifica-se que as imprecisões e as dificuldades de ordem teórica ou prática relativos às entidades bibliográficas persistem, pois em alguns casos: provocam inconsistências, interpretações variadas e redundâncias; ausência de limites claros entre as entidades; ocorrência de falsas associações ou pouca explicitação dos relacionamentos entre as entidades; incompatibilidade entre conceitos e uso de instrumento de catalogação, modelo bibliográfico e formato de intercâmbio (MORENO, 2006; FUSCO, 2010; BRENNE, 2010).

As imprecisões permitem questionar se objeto real produzido espontaneamente pela natureza ou por eventos humanos pode ser considerado como obra. Há ainda questões que, ao menos, não foram suficientemente esclarecidas pelo Modelo: audiobook de obra literária é obra adaptada ou somente uma nova realização intelectual ou artística da obra em forma sonora? Quando se muda o nome de uma obra, *site* ou periódico, cria-se nova obra?

É possível que essas lacunas sejam provocadas pela incompreensão do conceito de obra em Catalogação o qual se acirra ainda mais em *obra prolífica*,² fenômeno que gera diversidade de reproduções, de expressões e, inclusive de novas obras. A descendência materializa-se em documentos³ de diversos tipos e formatos.

Três teóricos destacam-se no estudo e na sistematização do conceito de obra na Catalogação: Martha Yee, nos critérios de conceituação da obra; Barbara Tillett, nos relacionamentos bibliográficos da obra; e, Richard Smiraglia, na instanciação da obra.

Logo o objetivo do artigo é explorar o conceito de obra proposto por teóricos da Catalogação de modo a permitir maior compreensão, abrangência e implicações da entidade bibliográfica para o processo de catalogação, especialmente os aspectos relativos à instanciação, ato ou efeito de fornecer instância concreta de algo, que provoca. Busca-se responder as seguintes questões: Qual a contribuição de cada teórico sobre a conceituação de obra? Quais as implicações do conceito de obra para a Catalogação em cada pesquisador?

Para respondê-las e para atingir o propósito do artigo, entende-se que a pesquisa teórica como procedimento metodológico de abordagem qualitativa é a estratégia mais adequada, pois se trata de uma revisão do conceito de obra com base nos textos produzido por três teóricos da Catalogação.

A utilidade do artigo encontra-se no fato de buscar compreender o conceito de obra de forma mais abrangente. Como resultado, espera-se avançar as perspectivas teóricas que se aplicam ao âmbito da Catalogação.

2 Os critérios da conceituação de obra de Martha Yee

A partir da análise dos escritos de pesquisadores da Catalogação, Yee (1995) identificou e reuniu o conceito de obra nos seguintes critérios: criatividade e/ou autoria pessoal simples; conteúdo; sequência de texto ou símbolo; meio; produto; identidade e representatividade; e, intercambialidade ou preferência.

No critério de **criatividade e/ou autoria simples** a obra é definida a partir da criatividade do indivíduo, entendida como qualidade de quem é capaz de criar ideias ou novas soluções. A criatividade já era considerada por Cutter em 1876, o qual entendia que a obra é qualquer criação intelectual distinta (SMIRAGLIA, 2003, p. 558). No entanto, o critério,

² Pesquisa realizada em coleção de biblioteca de faculdade americana, *Santa Ana College Library*, mostra que há cerca de 21% de documentos constituídos por duas ou mais obras (HOFFMAN; MANGER, 1985).

³ Documento é entendido como informação fixada em suporte que coisifica o conhecimento.

relata Yee (1995), é discutido por pesquisadores como Domanovszky (1974) e Hoffmann (1976).

Domanovszky (1974, p. 91), pesquisador e bibliotecário húngaro, baseado em fundamentos empíricos, entende que a obra apresenta dois sentidos: no primeiro, a obra apresenta características idênticas ao livro, em fenômeno que envolve parte material e intelectual inseparáveis, ou seja, embora não o faça, percebe-se que se trata de livro enquanto documento. Uma reimpressão que altere a data de publicação, por exemplo, “[...] já se torna um novo livro [outro documento], não mais idêntico ao original.” (DOMANOVSKY, 1974, p. 91, tradução nossa).

No segundo sentido, a obra é abstrata e imaterial e pode mudar livremente de suporte⁴ material, pois se distingue dele e “[...] pode materializar-se ao mesmo tempo em diferentes suportes. Sua existência é independente de cada materialização” (DOMANOVSKY, 1974, p. 91, tradução nossa).

Outra definição relevante de obra como criatividade é dada por Herbert Hoffman (1976 *apud* Yee, 1995, p. 4, tradução nossa): “[...] se sua imaginação resulta em criação real, você deve escrever em palavras sobre o papel, cantarolar a melodia ou colocar a tinta na superfície. Nesse momento você acaba de produzir uma unidade intelectual, um item bibliográfico, uma obra.”

Este critério, combinado com o critério de conteúdo, é o entendimento que fundamenta a definição de obra no FRBR. Todavia entende-se que, mesmo combinados, os critérios parecem excluir objeto real produzido naturalmente pela natureza ou por eventos humanos, recolhido, exposto ou arquivado em instituições como museus, institutos de pesquisa e similares, ou seja, a efetivação da obra ocorre somente em documentos produzidos a partir da análise dos objetos reais.

Obra como conteúdo é definida em função de seu conteúdo adjetivado por palavras como intelectual, verbal, artístico ou erudito (YEE, 1995). Carpenter (1981 *apud* Yee, 1995) buscou desenvolver o termo como conteúdo de ideias, o qual ilustrou mediante as teorias físicas de Isaac Newton. O cientista inglês é responsável intelectual por suas ideias, as quais, quando comentadas e analisadas por outros, perdem sua originalidade, mas continuam sendo as ideias de Newton.

Obra como sequência de texto ou símbolo, relata Yee (1995), deve ser compreendida como sequência de caracteres e símbolos textuais, notacionais, visuais e assim por diante. Pode-se supor que a obra ao ser reescrita, reconstruída, traduzida ou alterada linguisticamente perde a originalidade?

Seymour Lubetzky, europeu oriental de nascimento e americano por adoção, entendia que a noção de obra reescrita ou reconstruída era mais tangível do que a noção de conteúdo intelectual, a qual acreditava ser vaga, incerta e confusa (LUBETZKY, 1969, p. 45). Para ele, “[...] obras reescritas e reconstruídas devem ser tratadas como nova obra em vez de manifestações da obra original. A ideia de ‘le style est l’homme [même]’ é um critério mais tangível e significativo.”⁵ (LUBETZKY, 1958 *apud* YEE, 1995, p. 8, tradução nossa). Tal entendimento sugere que o estilo pode identificar e distinguir o autor ou, ao menos, movimentos, períodos e tendências em torno do ambiente cultural da obra.

⁴ “Material (ou dispositivo) ativo ou passivo que pode memorizar uma informação e restituí-la quando necessário [...]” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 352).

⁵ “O estilo é o próprio homem”, frase famosa do *Discours sur le style* (2006) do francês Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon, proferida por ocasião de sua posse na Academia Francesa (1753). Para ele, o estilo não pode ser roubado, transferido ou alterado e, ainda, insinua que o autor pode ser admirado no decorrer dos anos graças a um estilo robusto (LECLERC, 2006, p. 19).

Então se há mudança de forma (romance reescrito para texto teatral) ou de abordagem (Shakespeare para crianças), há alteração do estilo original em que foi expressa, por conseguinte a obra adaptada é outra obra. Yee (1995) baseia-se nesse entendimento para sugerir que existe uma essência da obra no estilo em que o conteúdo intelectual ou artístico está expresso originalmente. Se a essência da obra permanece em dois documentos, trata-se da mesma obra; se está ausente nos dois documentos, então são obras distintas.

Todavia esse critério apresenta uma questão. Segundo Yee (1995), o tradutor pode alterar o estilo de expressão do autor original? Eco (2003), ao comentar as traduções de seu texto, reconhecia que “[...] as várias traduções [...] diferem todas entre si e a segunda edição italiana, sobre a qual foi feita a presente, é diferente de todas. E, na verdade mesmo a edição brasileira não é **exatamente** igual à italiana.” (2003, p. 15, sem grifo original).

A rigor, o leitor não lê o texto original que o autor produziu, pois o tradutor interfere e influencia o estilo. A intensidade da interferência condiciona-se às habilidades de compreensão e de entendimento do tradutor bem como preferências no uso de uma ou outra palavra.

No entanto, entende-se que a interferência causada pela tradução preserva ou, ao menos, não altera substancialmente o sentido do texto original. Não é difícil de imaginar ou encontrar no documento a intencionalidade que firme esse propósito. Assim, entende-se que a tradução deve ser analisada de acordo com a sua finalidade explícita: representar a obra para o público que não domina a língua original da obra.

Wilson (1968, p. 6), pesquisador e bibliotecário americano também aborda o critério de sequência de textos e de símbolos nos aspectos linguísticos. Ao finalizar a obra, segundo o teórico americano, o indivíduo construiu um objeto linguístico, entendido como sequência de palavras e de símbolos auxiliares, de natureza tricotômica dependentes entre si: *obra*, composição ou invenção; *texto*, entidade abstrata, ordenação e sequenciamento de palavras; e *exemplar de texto* inscrição ou marcação em algum suporte material. É entendimento que se aproxima das entidades utilizadas em modelos bibliográficos correntes.

Textos podem ser alterados intencionalmente ou não no decorrer dos tempos: o copista pode errar; o compositor pode introduzir mudanças não relatadas por revisor; um editor mal-intencionado pode emendar, censurar e apagar o texto; revisões textual e gráfica podem ser feitas à revelia do autor; dentre outras alterações. À medida que o tempo avança, o texto acumula,

[...] um enxame de parasitas de diferentes tipos: não só versões diferentes [...] mas, dependendo do tipo de obra, traduções ‘livres’, paráfrases ‘livres’, versões expurgadas, edições abreviadas e rearranjadas, edições críticas, variações de edição, textos em que ‘erros’ são corrigidos, textos póstumos, [...] e assim quase indefinidamente. (WILSON, 1968, p. 10, tradução nossa).

Assim não é possível ter certeza se o texto que se tem em mãos foi produzido originalmente pelo autor. Conhece-se o texto de *Hamlet*, todavia não se pode afirmar que seja o mesmo texto dos contemporâneos de Shakespeare (WILSON, 1968, p. 8). Até que ponto o *Diário de Anne Frank* é relato autêntico produzido pela menina judia durante a Segunda Guerra Mundial?

Um dos problemas do critério de sequência de texto ou símbolo, segundo Yee (1995), é que parece delegar ao catalogador a tarefa de determinar se a alteração, se a adaptação ou se determinado estilo de expressão ocorrem: “[...] o ato de recuperar e comparar todas as manifestações potenciais de uma obra armazenadas pela biblioteca seria proibitivamente caro ao precioso tempo do catalogador” (YEE, 1995, p. 10, tradução nossa). O computador, indica Yee (1995), é um caminho provável para refinar este critério uma vez que ele pode facilitar

comparações, inclusive nas expressões realizadas por imagem e por som, todavia entende-se que o uso desse instrumento seria restrito a documento disponível em forma eletrônica.

Em **obra como meio**, a abordagem de Yee (1995) concentra-se em discutir se a mudança de meio é capaz de causar outra obra. Nesse sentido, a pesquisadora americana discute o critério em duas formas: a reprodução e a *performance*.

A **reprodução** subdivide-se em dois sentidos: *cópia* e *representação*. Como cópia, entende-se que há somente transferência de meio. Não há criação de nova obra, pois a obra é equivalente à obra original.

No sentido de representação, há duas vertentes a considerar. Na primeira vertente, a obra é representada para o público que não domina a expressão original da obra, em termos parecidos com a tradução, por exemplo, texto para áudio destinado a deficientes visuais. Certamente o declamador influencia a obra, mas não altera o sentido ou a intencionalidade da obra original.

Na outra vertente, frequente em documento visual, a representação da obra substitui a original em vários propósitos: ensino, estudo, leitura, ilustração, dentre outros (SHATFORD, 1988, *apud* YEE, 1995). Nesse sentido, é possível, constata Yee (1995), que a essência da obra original se perca no curso das múltiplas reproduções, em especial, em obra de arte reproduzida. A questão, então, é saber se a intensidade das múltiplas reproduções pode provocar a perda da essência da obra original a um ponto de provocar uma nova obra.

Quando a mudança de meio é acompanhada por *performance*, a questão de mudança de meio torna-se ainda mais secundária sendo que sua abordagem é mais adequada no critério de criatividade. *Performance*, termo consagrado em português, é palavra inglesa para atuação, desempenho ou interpretação. Adota-se a palavra em inglês, pois se entende que as palavras correlatas em português são inadequadas para expressar na totalidade o sentido para a Catalogação. “A *performance* depende da competência (sistema de regras) do sujeito psicológico, da situação da comunicação; ela depende, com efeito, dos mais diversos fatores, como a memória, a atenção o contexto social, as relações psicossociais entre falante e interlocutor, a afetividade dos participantes.” [...] (DUBOIS *et al.*, 2001, p. 463-464).

Obra como produto refere-se ao documento composto por parte material e intelectual inseparáveis. A obra tem existência independente do material, mas só se revela quando está gravada em algum suporte documental. Vai além da ideia de criação solitária e singular do autor, abrangendo a ideia de autoria coletiva em que o publicador, o colaborador e outros tipos de autoria são considerados.

Qualquer produto apresenta um conjunto de elementos os quais buscam potencializar ou promovê-lo. Em termos bibliográficos, é o caso do paratexto, conceito divulgado por Genette (1997), que tem a função de ampliar ou divulgar o texto a que se associa: “[...] permite que o texto se torne o livro e seja oferecido como tal a leitores e ao público em geral.” (1997, p. 1, tradução nossa). Localiza-se dentro do texto (peritexto): dados de publicador, informações do autor, títulos apresentados, encartes, dedicatórias, epígrafes, prefácios, apresentações, notas e ilustrações, por exemplo; ou fora do texto (epitexto): entrevistas, diários, cartas, pré-publicações, páginas Web e conversas com o autor, por exemplo (inclusive registro bibliográfico). Ademais o paratexto varia no tempo e pode ser acrescido, retirado ou atualizado.

A importância dessa abordagem evidencia-se no fato de que a obra como produto, integrante das bases de dados bibliográficos, deve ser considerada no todo. Os elementos que a caracteriza são usados para identificar e contextualizar a obra como abordado na sequência.

Obra como identidade e representação é discutida em função de três aspectos: identificação de nome, existência bibliográfica independente e representação propriamente dita da obra.

A *identificação pelo nome* refere-se ao autor e ao título pelos quais a obra, extrinsecamente, pode ser identificada (LUBETZKY, 1956 *apud* YEE, 1995, p. 16). O título é de importância especial em obras com autoria difusa, mista ou indeterminada. É difícil representar a obra sem, ao menos, considerar a autoria e o título os quais, em grande medida, mostram certa estabilidade, no entanto ambos podem variar e, às vezes, apresentar alterações radicais como pode ser verificado, por exemplo, em páginas Web. A obra pode perder sua identidade na variedade de títulos, de modificações, de alterações e de edições que periodicamente recebe (YEE, 1995).

Então obra sem atribuição de autoria e título pode ser considerada como obra? Certamente, como afirmado por Yee (1995), ter um nome é suficiente, mas não é condição necessária para ser obra.

Outra questão, constata Yee (1995, p. 17), é: por que em certas situações considera-se que a mudança de título cria nova obra e em situações semelhantes considera-se que houve apenas uma variação de título? A resposta possível é que se pode criar uma nova identidade a qual deve ser analisada de acordo com as implicações apresentadas em outros critérios que determinem a intenção por detrás da mudança do título e, quando for o caso, dos autores.

A ideia de *existência bibliográfica independente*, apresenta Yee (1995) refere-se a situações em que um poema, ainda que separado da obra em que originalmente foi publicado, é republicado em outros documentos. Em entendimento similar, Wilson (1989 *apud* Yee, 1995, p.17) entende que, para se determinar a existência de unidade bibliográfica independente, deve se considerar o “critério de garantia literária” em que partes da obra são frequentemente publicadas em separado. Contudo rejeita o critério se a unidade não for acompanhada de título individual estabelecido.

A existência bibliográfica independente de parte de uma obra, inclusive subpartes, pode ser de interesse para o usuário e isso deve ser considerado para fins de catalogação. Nessa direção, por exemplo, um objeto real com existência bibliográfica independente pode ser de interesse para o usuário.

O AACR2 há muito tempo orienta que se faça entrada sob o autor e o título da obra original para *representação de obra*. Se dois documentos apresentam a mesma entrada, trata-se da mesma obra, se diferirem, então são distintas. Esse princípio é um princípio importante tanto para usuário quanto para o catalogador, pois age como substituto da obra e permite agrupar instâncias documentais da referida obra. Este recurso é vantajoso, em especial, quando se dispõe de estrutura bibliográfica como folha-de-rosto a qual fornece informações sólidas para que o usuário identifique a obra em particular. Infelizmente nem todos os documentos apresentam estrutura tão clara como livros.

O **critério de intercambialidade** foi proposto por Domanovszky (1974, p. 100) que sugere que o texto original, inclusive a descendência, deve ser intercambiável (ou permutável) por um número razoável de leitores. É um critério diretamente relacionado ao uso e a valorização da obra. Entende-se que o critério deve ser considerado, mas com muito cuidado: “o aspecto problemático é o fato, frequentemente observado, que não há um tipo simples de ‘leitor’.” (YEE, 1995, p. 20, tradução nossa) o que dá ao critério subjetividade considerável.

Quanto ao **critério de preferência**, em geral, o usuário, ao buscar um documento, escolhe preferencialmente a edição mais recente que encontrar em um sistema de informação. Como a intercambialidade, é critério que dá indicações de uso.

3 Relacionamentos bibliográficos de Barbara Tillett

Barbara Tillett é uma das consultoras responsável por estudos que levaram à criação do FRBR, logo o Modelo apresenta intrínseca relação com os estudos da pesquisadora. Tillett

(1992; 2001; 2003) dividiu os relacionamentos em: primários ou inerentes; de conteúdo; de todo-parte e de compartilhamentos.

Relacionamentos primários referem-se às entidades do FRBR: *obra*, *expressão*, *manifestação* e *item* as quais são apresentadas na figura que se segue. A representação das quatro entidades no registro bibliográfico é feita em função do item no qual o catalogador manipula e trabalha. Dito de outra forma, o item é usado para descrever as características gerais que se aplicam a todos os seus semelhantes (TILLET, 2001).

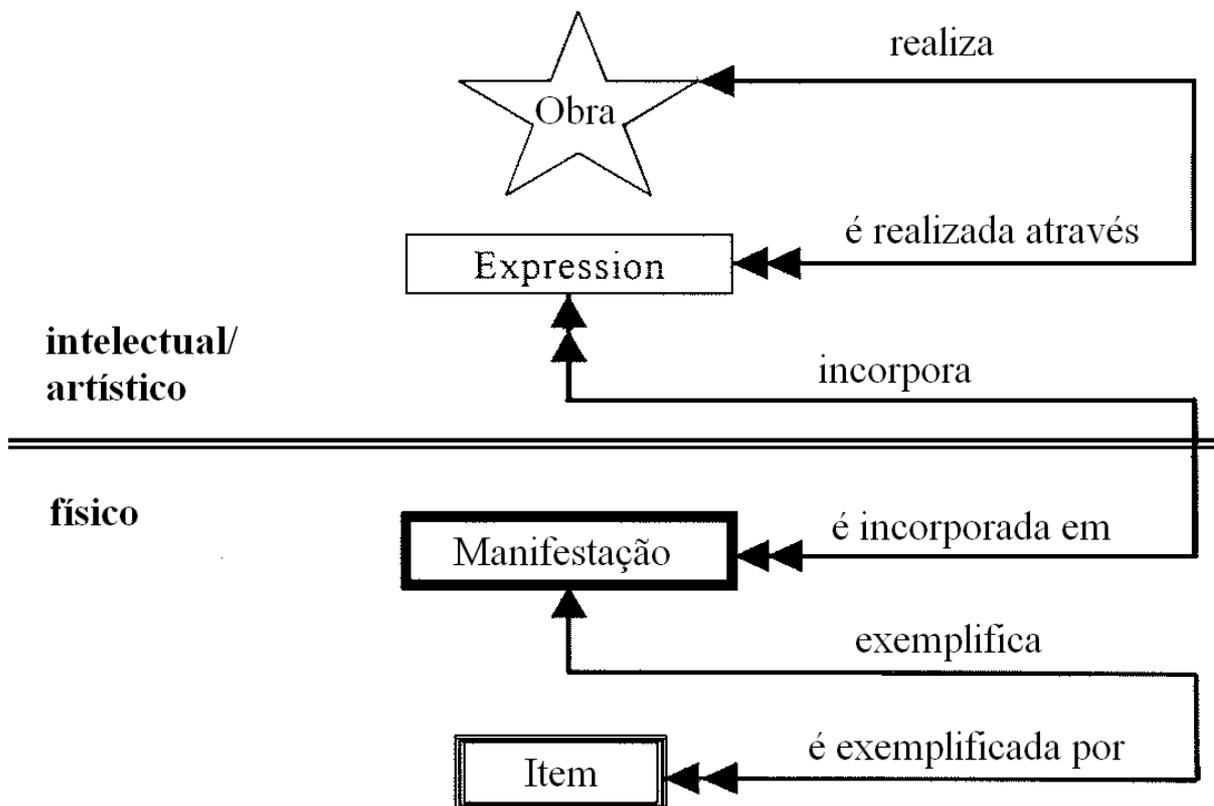


Figura 1 – Relacionamentos primários do FRBR.

Fonte: Tillett (2001, tradução nossa).

Nota: seta simples = um; seta dupla = muitos; o traço duplo marca fronteira entre físico e abstrato.

Relacionamentos de conteúdo são aplicados através dos distintos níveis dos relacionamentos primários e podem ser compreendidos em três vertentes conforme figura 2. O primeiro grupo consiste de obra, expressão e manifestação equivalentes: “[...] partilham dos mesmos conteúdos intelectuais ou artísticos, percebidos através do mesmo modo de expressão” (TILLET, 2003, p. 4). Entende-se que o relacionamento de conteúdo equivalente apresentado na figura 2 poderia ir mais longe: deveria considerar, por exemplo, as diferenças entre transferência de meio (como reprodução de jornal impresso em microfilme) e cópia exata (reimpressões, por exemplo).

O segundo grupo consiste de obra, expressão e manifestação derivadas em nova expressão da obra original. A *relação derivativa* ou relação horizontal ocorre nas variações de edição, nas adaptações, nas mudanças de gênero ou em novas obras baseada em outra: “[...] um conjunto de novas expressões, tais como traduções, diferentes versões, modificações ligeiras e edições, que se movem ao longo do *continuum* numa linha mágica onde se tornam novas obras, embora relacionadas à mesma obra original.” (TILLET, 2003, p. 4). A relação derivativa é a mais complexa e difícil de determinar dentre os relacionamentos de conteúdo porque oscila entre o idêntico e o diferente e, nesse sentido, precisa ser mais estudada.

Smiraglia (2001) investigou-a e buscou refiná-la em categorias, as quais serão detalhadas mais adiante.

Família de Obras

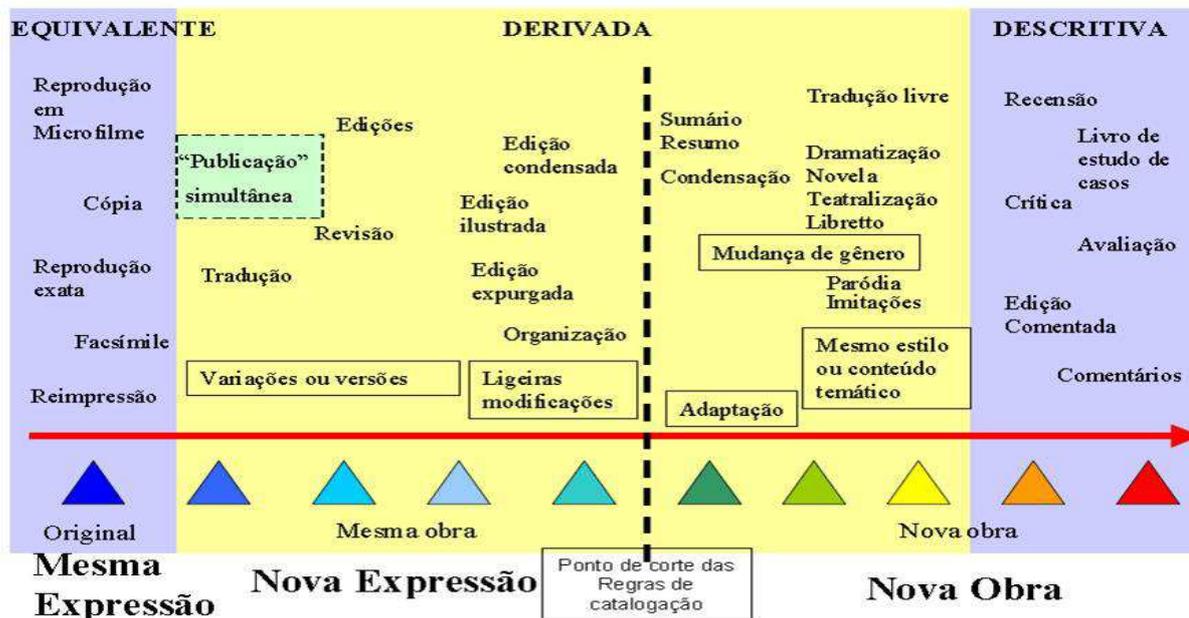


Figura 2 – Família das Obras (Relacionamentos de conteúdo).
 Fonte: Tillett (2003).

O terceiro grupo consiste de *relação descritiva* em nova obra a qual implica em avaliação, em crítica, em comentários relativos a uma obra. “Em direção à extrema direita desse *continuum* encontram-se relacionamentos ‘descritivos’ que envolvem novas obras descrevendo algumas obras originais”. (TILLET, 2003, p. 4).

Entende-se que o relacionamento de conteúdo descritivo é questionável, na medida em que o conteúdo é retrabalhado e reconstruído conforme entendimento do avaliador, do crítico, do comentarista ou de alguma figura com função similar à adaptação, ou seja, relacionamento derivativo em nova obra.

Em geral, toda obra é de alguma forma parte de outra (SMIRAGLIA, 2011, p. 196). No entanto o **relacionamento todo/parte**, ou relação vertical, refere-se à relação entre uma obra que é parte ou integrante de outra obra, como: seleção de textos, artigo de periódico e afins. Os diagramas ilustram os relacionamentos: a forma geométrica representa uma obra qualquer, variações e contrastes de cores referem-se a conteúdos diferentes ou parecidos respectivamente.

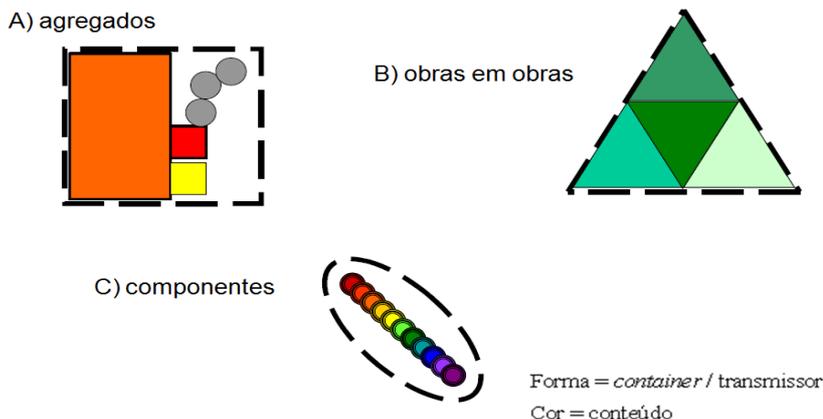


Figura 3 – Relacionamento e variações todo/parte.
 Fonte: Tillett (2001).

O relacionamento todo/parte apresenta três variações: Variação A, agregados, pode ser observada frequentemente em “[...] a material eletrônico em que a imagem, texto e/ou som tornam-se componentes do todo e precisam ser direcionados e reunidos (agregados) para apresentação [...]” (TILLET, 2001, p. 25, tradução nossa). O exemplo apresentado pela pesquisadora parece indicar que tal variação ocorre somente em documentos eletrônicos.

A variação B refere-se à obra com características e existências próprias contidas dentro de outra obra como é o caso de publicações com antologias ou com seleções de textos; A variação C ocorre com frequência em obra seriada em que as partes vão sendo incorporadas à obra maior paulatinamente.

Dentro do relacionamento todo/parte há que se considerar ainda o relacionamento entre as partes (parte/parte), em geral, considerados como *relacionamento de sequência*: por exemplo, entre as continuações e as sequências dos episódios de filmes ou das séries de TV.

Relacionamento de companhia refere-se às partes dependentes ou separadas de uma obra que se acompanham mutuamente, pois são publicadas ou divulgadas dentro de um mesmo conjunto. “O relacionamento é ‘x acompanha y’ ou ‘x é companhia de y’ ou o inverso [...]” (TILLET, 2001, p. 26, tradução nossa).

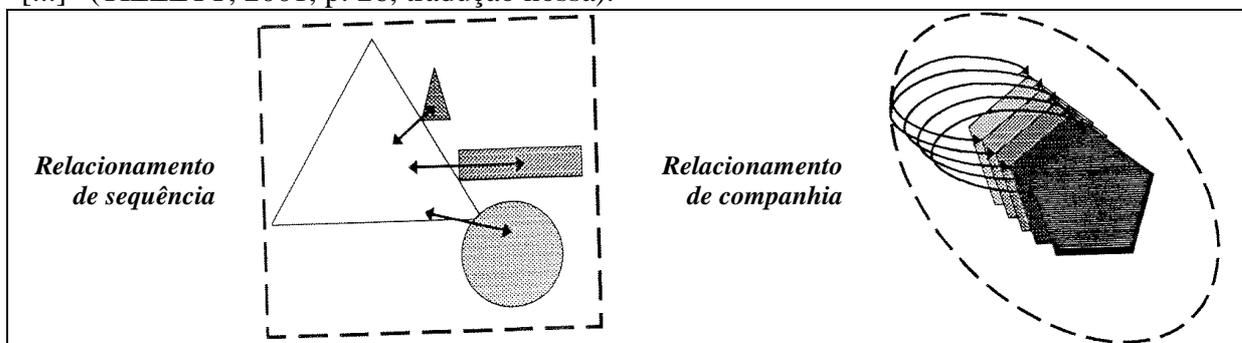


Figura 4 – Relacionamento parte/parte.

Fonte: Tillet (2001).

Finalmente o **relacionamento de compartilhamento**⁶ no qual a obra compartilha características com outras obras: mesmo autor, mesmo título, mesma língua, mesmo país de publicação e assim por diante. Boa parte deles é usada como elemento de busca em sistemas de informação.

Tillett (2001) questiona que relacionamentos, de fato, interessam ao usuário de informação, uma vez que, com frequência, a catalogação ocupa-se apenas com os relacionamentos viáveis (possíveis ou que demandam menos esforço) para fornecer. A pesquisadora constata que o avanço tecnológico contribui para que mais relacionamentos se tornem viáveis nos quais o usuário poderá navegar pelo universo bibliográfico “por mares nunca de antes navegados.”⁷

4 Os estudos de Richard Smiraglia

Richard Smiraglia (2002; 2003; 2004; 2005; 2007) é pesquisador americano que tem realizado várias pesquisas empíricas e epistemológicas do fenômeno da obra no âmbito da Catalogação. Para ele, a abordagem do catálogo passa por mudanças significativas: de *catálogo moderno*, orientado a buscar uma ordem universal, para *catálogo pós-moderno*, orientado à diversidade de ordens (SMIRAGLIA, 2003).

Historicamente, segundo Smiraglia (2003), o primeiro catálogo moderno foi proposto por Hyde para a *Bodleian Library de Oxford* (ca. 1674) e sua tradição pragmática prevaleceu

⁶ *Shared characteristic relationships* (relacionamento segundo características compartilhadas).

⁷ Frase famosa do escrito português Luís de Camões.

em grande parte do século XX. Trata-se, essencialmente, de inventário de documentos rigidamente ordenados, embora isso não lhe tire a importância, pois vai além de inventários típicos desse e de períodos anteriores porque fornece dispositivos de busca e de ordenação, os quais tinham como objetivo principal a identificação de conhecimento em documentos.

Na outra abordagem, o catálogo pós-moderno, correntemente entendido como base de dados bibliográficos de serviços de informação, caracteriza-se por estruturas de *hyperlinks*⁸ e metadados⁹ orientados a domínios e a linguagens de contextos específicos. Todavia ressalva-se que *hyperlinks* e metadados já estavam presentes no catálogo moderno denominados como pontos de acesso (entradas) e descrição bibliográfica respectivamente. Certamente não apresentavam as mesmas possibilidades de relacionamentos que há no catálogo pós-moderno, pois estavam restritos ao que a tecnologia oferecia.

Concorda-se que está havendo uma mudança da percepção da obra como simples conteúdo de documento (no catálogo moderno) para a percepção da obra como um grupo de instâncias com papel social colaborativo (no catálogo pós-moderno), como constata Smiraglia (2003, p. 565). Esse é o desafio do catálogo pós-moderno: ampliar as estruturas de *hyperlinks* que permitam relacionar e explorar plenamente a capacidade informativa de obras.

4.1 Instanciação da obra

Em estudo epistemológico, Smiraglia (2005) apresenta o conceito de instanciação (*Instantiation*), do latim *instantia*, que apresenta implicações e significados a serem considerados. Há ainda termos correlatos, a saber: instante (*instant*), instância (*Instance*), instanciar (*Instantiate*). Em português, *instanciação* designa ato ou efeito de fornecer instância concreta de algo¹⁰ sendo que a *instância* designa a qualidade do que é instante¹¹ no sentido de ocorrência.¹² Por vezes, emprega-se o termo instanciações documentais para designar as instanciações da obra.

Smiraglia (2005) discute o conceito de instanciação a partir de dois dicionários da língua inglesa: no *Oxford English Dictionary Online*, a instanciação é definida em dois sentidos aplicáveis à Catalogação: ato ou efeito de instanciar; e representação do instante o qual deve ser entendido como o momento ou ponto no tempo. A instanciação, representante de objeto informacional, existe empiricamente quando toma forma em ponto temporal específico.

O outro conceito é apresentado pelo *Routledge Encyclopedia of Philosophy*, o qual amplia a perspectiva da abordagem, pois enriquece os parâmetros do fenômeno da instanciação, que assume a forma de evidência: *existencial*, o objeto apresenta propriedades; *universal*, logo todos os objetos têm propriedades; *inferencial*, significar argumentos ou mover-se da crença nas premissas para a crença na conclusão; *quantificadora* em que operadores sincategoremáticos¹³ como “todos”, “alguns” e “ nenhuns” são empregados.

A instanciação possui propriedades que definem a essência e o conjunto das instanciações do objeto cuja identidade, abstrata ou concreta, gera apoio historicista. A identidade, em seus distintos aspectos, constitui igualmente o nó dos sistemas de recuperação

⁸ Em português hiperligação, todavia adota-se a nomenclatura inglesa, pois é a mais conhecida.

⁹ “Informação que descreve a estrutura dos dados e sua relação com outros [...]” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 246).

¹⁰ *Dicionário Priberam de Língua Portuguesa* (2012).

¹¹ Ferreira (2010, p. 430).

¹² Cunha & Cavalcanti, (2008, p. 418)

¹³ O sentido não é fácil de determinar, mas no contexto indica ser a característica daquilo que em si não significa senão uma modificação ou determinação de outro conceito como os operadores citados.

da informação, o qual é entendido como o ponto de cruzamento ou separação de rede que se eleva ou se destaca em objeto vivo.

A partir das ferramentas de busca *Google Acadêmico* e *Library and Information Science Abstracts* (LISA), Smiraglia (2005) busca conceituar a instanciação no âmbito da Ciência da Informação. Os resultados apresentaram predomínio em duas formas de uso: 1) significação para projeto de sistemas tecnológicos; 2) uso documentário. Nessa direção, conclui Smiraglia (2005), entende-se que instanciação é conceito que integra a teoria da representação de obra, de documento, de artefato e de sistema.

Na Catalogação, a instanciação é fenômeno que se discute no âmbito de relacionamentos bibliográficos e ocorre sempre que a obra é realizada num tempo ou se manifesta de alguma forma. Ela corresponde ao que o modelo FRBR designa como expressão e manifestação. "Uso 'instanciação' em vez da 'manifestação' mais genérica, para dar um sentido de temporalidade; uma instanciação é essencialmente uma manifestação em um ponto específico do tempo" (SMIRAGLIA, 2002, p. 7, tradução nossa). Além disso, para Smiraglia (2004, p. 304, tradução nossa),

A linha entre o que constitui a expressão e o que constitui a manifestação no modelo da IFLA é confusa. Minhas análises anteriores (Smiraglia, 2001) sugerem que a linha entre a obra e a expressão deve ser localizada no ponto em que o conteúdo semântico ou ideacional muda (como é o caso de traduções e adaptações).

Assim a evidência empírica estudada pelo teórico americano sugere que entendimento das expressões da obra fornece melhor controle sobre as redes de instanciação, pois são elas que exigem vinculação explícita. Nessa direção dois tipos de instanciações podem ser identificados: derivação e mutação (SMIRAGLIA, 2004).

Na **derivação**, o conteúdo ideacional e semântico das instanciações documentais de uma obra permanece inalterado ou apresenta pouca alteração: *edição simultânea*, instância publicada simultaneamente em duas edições em lugares diferentes; *edição sucessiva*, novas edições, em geral, revistas ou atualizadas; *edição ampliada*, instanciação em que o texto original é ampliado por ilustrações, por críticas ou por concordâncias; *extrato*, instanciação publicada em forma de resumo ou de condensação (SMIRAGLIA, 2004).

Na **mutação**, o conteúdo ideacional e semântico é alterado: tradução; adaptação, instanciação na qual a obra original é modificada para fins de simplificação, de roteirização, de rearranjo musical, de releitura dentre outras; e, *performances*, instanciação na qual a obra original é encenada, executada ou declamada (SMIRAGLIA, 2002; 2004).

Entende-se que tais tipologias são adequadas ao conceito de obra em Catalogação, contudo percebe-se que o pesquisador americano não explicita o seu entendimento acerca de reprodução, talvez porque somente "[...] investigou o relacionamento derivativo, que apresenta todas as versões da obra, refinando sua definição em várias categorias distintas de derivação." (SMIRAGLIA, 2001, p. 193, tradução nossa).

No entanto acredita-se que a reprodução poderia ser discutida no âmbito das instanciações associadas ao conteúdo como tipologia distinta de derivação e de mutação, pois se trata de cópia exata ou equivalente de obra. Nessa direção, entende-se que a lógica das três tipologias deve ser configurada do seguinte modo: reprodução → conteúdo equivalente; derivação → conteúdo parecido; e mutação → conteúdo alterado. Quanto a edições sucessivas e simultâneas, entende-se que elas devem ser examinadas no âmbito temporal independentemente do conteúdo.

A mutação pode ser considerada em duas vertentes: *representação*, instanciação em que a obra é representada (tradução e *performance*) e *reconstrução* (adaptação), inclusive abrangendo a relação descritiva proposta por Tillett relativas a comentário, crítica e avaliação sem inclusão do texto original.

A identificação, o agrupamento e a ordenação das instanciações podem ser realizados de várias formas. Em instrumentos de catalogação, por exemplo, há regras de entradas ou ponto de acesso,¹⁴ como o emprego do título uniforme, as quais buscam reunir alfabeticamente o fenômeno da obra. Contudo o emprego de título uniforme é insuficiente para dar conta do fenômeno da obra porque o arranjo alfabético provoca dispersão em certas situações. Mesmo nos casos em que o uso do título uniforme é empregado, os resultados de busca podem trazer grande número de registros relevantes e irrelevantes (CARLYLE, 1996, p. 538, tradução nossa):

[...] uma pesquisa sob “Bíblia” recupera aproximadamente 18 mil registros bibliográficos, inclusive registros do livro *Animals of the Bible* de Isaac Asimov, gravação de som de *Genesis* lido por Judith Anderson e um obra intitulada *Woman’s Bible for Survival in a Violent Society* de Thomas P. McGurn. Tais registros encontram-se dispersos nas várias edições textuais da Bíblia. O primeiro registro para uma edição textual da Bíblia só aparece depois de 150 registros exibidos.

Há duas opções de tratar tal problemática, sugere Carlyle (1996): aprimoramento que melhore o uso de recursos como o título uniforme; ou ordenação por meio de ranqueamento baseado em algum modelo de recuperação da informação que apresente ao usuário diferentes agrupamentos que lhe seja relevante. Um bom exemplo pode ser observado em *Web site* de grandes redes de livrarias. A busca por livros pode ser instruída, refinada ou ampliada por meio de diversos critérios: custo, idioma, comentário de leitor, compras efetuadas por outros clientes, dentre outros. São recursos pouco explorados em muitas bases de dados bibliográficos.

Seja qual for a opção, há que se rever os princípios de entradas ou estabelecer princípios orientados ao controle de obras, o qual inexistente nas bases de dados catalográficos atuais. O controle de autoridade permite estabelecer representação única de entidade bibliográfica para fins de recuperação da informação, logo para todas as obras existentes em bases de dados catalográficos haveria ao menos um de registro de autoridade. No entanto o que existe, no momento, é o princípio de controle de cabeçalho orientado essencialmente a autor (SMIRAGLIA, 2004).

4.2 A obra como fenômeno

Smiraglia (2001; 2002) tem realizado e examinado diversos estudos empíricos relativos ao fenômeno da obra, pois é um caminho válido para compreender a entidade bibliográfica. Para o pesquisador, os estudos convergem, ao menos, em três pontos: a obra opera em nível conceitual; qualquer mudança na obra original gera uma obra associada; e, há um conjunto de obras associadas à obra original. De resto, a análise dos estudos permite afirmar que obra é mais que atividade criativa de pessoas ou produto de atividade intelectual que surge num tempo e na cultura: “a obra é uma significação, conjunto concreto de concepções de ideias que se realiza através de expressão semântica ou simbólica.” (SMIRAGLIA, 2001, p. 37, tradução nossa).

Um dos estudos foi realizado no âmbito de *bestsellers*¹⁵ mais vendidos no século XX. Os resultados da pesquisa ilustram o quanto o estudo da obra como fenômeno pode contribuir para evidenciar as tendências sociais e culturais de uma nação. A lista dos *bestsellers* foi obtida no *Publisher’s Weekly’s*, revista americana de notícias voltada para editores, bibliotecários, livreiros e agentes literários. A amostragem da pesquisa totaliza 1836 obras:

¹⁴ Nome ou termo que permite procurar ou identificar um registro bibliográfico que representa o documento demandado por usuário de informação.

¹⁵ Expressão inglesa de uso corrente em língua portuguesa para livros mais vendidos no mercado editorial.

992 de ficção e 844 de não-ficção. Limitou-se ao mercado livreiro estadunidense, embora uma ou outra amostra fosse canadense.

O estudo das instanciações da obra através de venda de *bestseller* do século XX trouxe resultados interessantes que reforçam a importância de realização de estudos empíricos: um *bestseller* gerou apenas uma edição, *Campus Zoo* (1950) de Clare Barnes Jr.; a média de idade de obra original na amostra é de 52 anos (57,64 na ficção e 45,48 em não-ficção); *The Grapes of Wrath* (*As Vinhas da Ira*, 1939) de John Steinbeck apresenta a maior rede de instanciações (315 membros); publicar simultaneamente, por exemplo, edição braile e edição impressa, é uma estratégia de divulgação da obra feita pelo publicador para torná-la mais presente ou acessível; a partir de 1980, “[...] observou-se que as *performances* foram desenvolvidas antes de edições sucessivas ou traduções, revertendo a tendência no início do século” (SMIRAGLIA, 2007, p. 190, tradução nossa).

O estudo dos *bestsellers* evidencia que no “[...] início do século volta-se à glorificação do Oeste Americano, depois retrata a severa realidade da guerra e da depressão [...] segue com as convulsões sociais da era Pós-Segunda Guerra Mundial. O século termina com a fascinação da ficção científica e os horrores imaginados do futuro iminente.” (SMIRAGLIA, 2007, p. 184, tradução nossa). O mesmo se observa em obras de não-ficção: nos anos de 1920 a 1930 os temas referem-se: ao direito de voto das mulheres; aos ícones de cultura como o relatório Marshall sobre o Pós-Guerra; o relatório Kinsey sobre sexo; escândalos como o Watergate; a revolução sexual feminina; e as incertezas econômicas do milênio (SMIRAGLIA, 2007).

5 Considerações finais

A obra está em constante criação e transformação, pois “à mais perfeita reprodução sempre falta algo”.¹⁶ Obra reconstruída ou reescrita altera a originalidade da obra, mas, em representação como tradução, o sentido original e o propósito da obra não são alterados substancialmente.

A ideia de que a reprodução com o sentido de amostra ou de exemplar pode ser valorizada no decorrer do tempo abre precedente para que objeto real produzido espontaneamente pela natureza seja obra. É uma direção não esclarecida pelos teóricos, mas é ideia reforçada pelo critério de existência bibliográfica independente.

Além do suporte material e do conteúdo principal, a obra é um produto constituído por outros elementos os quais parecem ser desconsiderados pelos pesquisadores em questão. Tais elementos, os paratextos de Genette, buscam apresentar, promover e contextualizar a obra. Acredita-se que o registro bibliográfico apresenta a mesma função, pois sua intenção é similar ao paratexto.

O controle de autoridades para obra permite reunir as instanciações documentais como espécie de bastidores do processo de catalogação que é de interesse para o catalogador. O título uniforme, de uso corrente em obras com muitas instanciações, parece ser um caminho adequado para a representação de obra, mas precisa indicar variações de autor e de título incorporando critérios que explicitem a intenção por detrás da mudança de identidade. Além de aprimorar o título uniforme, há que se incorporar algum modelo de recuperação da informação que apresente alternativas relevantes de agrupamentos aos usuários no momento da busca.

A intercambialidade e a preferência apresentadas por Martha Yee são critérios que se relacionam ao uso e à valorização da obra, em especial, nos aspectos relativos às instanciações documentais. Podem ser úteis em estudo bibliométrico, que quantifica os processos comunicativos de documentos mediante a aplicação de métodos estatísticos e

¹⁶ Frase de Walter Benjamin (A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. Disponível em: <http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/frankfurt/benjamin/benjamin_06.htm>. Acesso em: 7 abr. 2012).

matemáticos. O estudo bibliométrico privilegia a produção de autores, mas, em outra vertente, o conceito de obra permite evidenciar instanciações derivadas e equivalentes do autor, por exemplo, ou seja, é possível identificar a produção do autor de forma qualitativa.

Os relacionamentos bibliográficos de Barbara Tillett são importantes, pois em grande parte, foram incorporados e aceitos pela Catalogação. No entanto, ressalva-se que precisam ser mais discutidos, pois apresentam lacunas lógicas e ausência de definições mais claras.

A distinção feita por Smiraglia entre catálogo moderno e pós-moderno, entendidos como base de dados bibliográficos, é uma discussão válida e deve ser considerada. Mas é importante ver o catálogo pós-moderno como ampliação das possibilidades do catálogo moderno.

Além disso, os atuais sistemas de gerenciamento de base de dados, ainda que sejam considerados modernos, acumulam dados que poderiam ser mais explorados em benefício dos usuários no momento da busca como, por exemplo, indicativos de preferência ou de intercambiabilidade. Perguntas como qual a obra de estatística mais emprestada ou qual obra é mais pesquisada na base de dados, em muitos sistemas, já podem ser respondidas.

A contribuição de Smiraglia avançou consideravelmente a compreensão do fenômeno obra, pois além de pesquisas epistemológicas realizou e discutiu pesquisas empíricas. A contribuição mais perceptível apresenta-se na definição da instanciação, a qual é um conceito fundamental para o entendimento da obra. O estudo de *bestseller* ilustra o quanto o estudo do fenômeno da obra pode contribuir, por exemplo, em estudos de comunidade de usuários e em estudos de desenvolvimento de coleções.

A combinação dos estudos de Yee, de Tillett e de Smiraglia permite propor tipologia de instanciações mais lógicas baseadas no conteúdo e na temporalidade dos relacionamentos bibliográficos. Conclui-se, então, que compreender os critérios da conceituação de obra, os relacionamentos bibliográficos da obra e as instanciações da obra podem contribuir para o entendimento desse fenômeno em Catalogação, pois são eles que explicitam o comportamento, a existência e a proliferação do fenômeno da obra no universo bibliográfico.

6 Referências

- BRENNE, Marte. *Storage and retrieval of musical documents in a FRBR-based library catalogue*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Faculty of journalism, library and information science, Oslo University College, 2004.
- CARLYLE, Allyson. Ordering author and work records. *J. Am. Soc. Inf. Sci.*, v. 47, n. 7, p. 538-554, July 1996.
- CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordelia R. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília, DF: B. de Lemos, 2008.
- DOMANOVSKY, A. *Functions and objects of author and title cataloging*. Budapest: Akadémiai Kiadó, 1974.
- DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de Lingüística*. 8. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2001.
- ECO, Umberto. *Obra aberta*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- FERREIRA, Aurélio B. H. *Míni Aurélio*. 8. ed. Curitiba: Positivo: 2010.
- FUSCO, Elvis. *Modelos conceituais de dados como parte do processo da catalogação*. 2010. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Unesp, Marília, 2010.
- GENETTE, Gerard. *Paratexts*. Cambridge: University Press, 1997.
- HOFFMAN, Herbert H.; MAGNER, Jeruel L. Future Outlook: Better Retrieval through Analytic Catalogs. *J. acad. librariansh.*, v. 11, n. 3, p. 151-153, July 1985.

- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records. *Functional Requirements for Bibliographic Records*. [München]: K. G. Saur : IFLA, 2009.
- JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR. *Código de catalogação anglo-americano*. 2. ed., rev. 2002. São Paulo: FEBAB: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- LECLERC, Georges-Louis. Discours sur le style. *Casa del tiempo*, v. VIII, ep. 3, n. 88, p. 10-20, mayo 2006. Disponível em: <http://www.uam.mx/difusion/casadeltiempo/88_may_2006>. Acesso em: 24 jul. 2012.
- LUBETZKY, Seymour. *Principles of cataloging*: final report: phase 1. Los Angeles: Institute of Library Research, 1969.
- MACHADO, José Pedro. Obra: In: _____. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*: com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos vocábulos estudados. 4. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1987. v. 4, p. 233.
- MORENO, F. P. *Requisitos funcionais para registros bibliográficos - FRBR*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/index.php>. Acesso em: 21 mar. 2008.
- PRIBERAM. Dicionário Priberam de Língua Portuguesa. 2012. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/Produtos/Dicionario.aspx>>. Acesso em: 3 ago. 2012.
- SMIRAGLIA, Richard P. Authority control of works: cataloging's Chimera?. *Cat. classif. q.*, v. 38, n. 3/4, p. 291-308, 2004.
- SMIRAGLIA, Richard P. Further reflections on the nature of 'A Work': an introduction. *Cat. classif. q.*, 2002, v. 33, n. 3/4, p. 1-11.
- SMIRAGLIA, Richard P. Instantiation: toward a Theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE..., 2005, London, Ontario. *Data, information and knowledge in a networked world*: [proceedings]. L. Faughan (Ed.). Toronto, 2005. Disponível em: <<http://www.caais-acsi.ca/>>. Acesso em: 25 jun. 2012.
- SMIRAGLIA, Richard P. The “works” phenomenon and best selling books. *Cat. classif. q.*, v. 44, n. 3, p. 179-185, 2007.
- SMIRAGLIA, Richard P. The history of “The Work” in the modern catalog. *Cat. classif. q.*, v. 35, n. 3/4, p. 553-567, 2003.
- SMIRAGLIA, Richard P. Works as signs, symbols, and canons: the Epistemology of the work. *Knowl. Org.*, v. 28, n. 4, p. 192-202, 2001.
- TILLET, Barbara B. Bibliographic relationships. In: BEAN, Carol A.; GREEN, Rebecca (Ed.). *Relationships in the organization of knowledge*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2001. cap. 2, p. 19-35.
- TILLET, Barbara B. Bibliographic relationships: an empirical study of the LC machine-readable records. *Libr. resour. tech. serv.*, v. 36, n. 2, p. 162-188, Apr. 1992.
- TILLET, Barbara B. *O que é FRBR?*: um modelo conceitual para o universo bibliográfico. [Washington]: Biblioteca do Congresso, [2003?]. Disponível em: <<http://www.loc.gov/cds/FRBR.html>>. Acesso em: 22 mar. 2008.
- WILSON, Patrick. *Two kinds of power*: an essay on bibliographical control. California: University of California Press, 1968.
- YEE, Martha M. What is a work? part 4: Cataloging theorists and a definition abstract. *Cat. classif. q.*, v. 20, no. 2, p. 3-24, 1995.